

GINÁSIO BANDEIRANTE DE TIMON: Articulações administrativas de sua implantação

Wellington Alves Oliveira ¹
Lucimeire Rodrigues Barbosa ²

RESUMO

O presente estudo é fruto do programa de iniciação científica da UEMA, no qual são abordados os resultados do plano de trabalho titulado: “articulações administrativas para a implantação do ginásio bandeirante em Timon – MA”. A pesquisa teve como objetivo geral: analisar os trâmites de implantação do ensino secundário em Timon a partir de atos administrativos do período em estudo. Para alcançar esse objetivo, definiu-se como objetivos específicos: Mapear as fontes documentais e orais necessárias à pesquisa; catalogar as fontes documentais e orais selecionadas para definição daquelas que atenderiam ao objeto da pesquisa; e por fim, caracterizar os trâmites administrativos e suas motivações a partir da análise documental. Quanto à metodologia empregada, no tocante à abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, considerando as análises documentais realizadas, embora também se tenha utilizado da análise de dados estatísticos para correlações entre os conteúdos documentais. A construção dos dados teve como base a pesquisa documental nos acervos da Câmara Municipal de Timon e do Arquivo Público da Prefeitura, a partir dos quais foi feita a identificação e catalogação dos documentos úteis ao objeto da pesquisa. A base teórica considerou autores como Faria; Meneghetti (2011), Nascimento (2021), Costa; Silva (2020), Minayo (2009) e outros. A implantação do ensino secundário, em especial a criação do Ginásio Bandeirante, trouxe à educação de Timon novas perspectivas, principalmente quanto às condições de prosseguimento de estudos e ascensão social. Apesar do Projeto Bandeirante apresentar falhas, assim como toda proposta educacional apresenta, ele ampliou a acessibilidade para muitas pessoas ao contexto educacional, propiciando mais qualidade de vida, diminuindo - de certa forma - as desigualdades sociais existentes, e dignificando mesmo que minimamente a vida das pessoas.

Palavras-chave: Burocracia, Ensino secundário, Projeto Bandeirante.

ABSTRACT

This study is the result of UEMA's scientific initiation program, which addresses the results of the work plan entitled: “Administrative articulations for the implementation of the bandeirante gymnasium in Timon - Ma”. The general aim of the research was to analyze the procedures for implementing secondary education in Timon based on administrative acts from the period under study. In order to achieve this goal, the specific objectives were: to map the documentary and oral sources needed for the research, to catalogue the documentary and oral sources selected in order to define those that would meet the object of the research and, finally, to characterize the administrative procedures and their motivations based on the documentary analysis. In terms of the methodology used, the research is characterized as qualitative considering the documentary analyses carried out, although statistical data analysis was also used to correlate the documentary content. The construction of the data was based on documentary research in the collections of the Timon City Council and the City Hall Public Archives, from which the documents useful to the research object were identified and cataloged. The theoretical basis considered authors such as Faria; Meneghetti, (2011), Nascimento (2021), (Costa; Silva, 2020), Minayo (2009) and others. The implementation of secondary education, especially the creation of the Bandeirante Gymnasium, brought new perspectives to education in Timon, especially in terms of the conditions for further study and social

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: wellyngtonoliveira834@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. E-mail: lucimeirebarbosa@professor.uema.br;

advancement. Although the Bandeirante Project had its flaws, as every educational proposal does, it increased access to education for many people, providing a better quality of life, reducing existing social inequalities to a certain extent, and dignifying people's lives, even if only minimally.

Keywords: Bureaucracy, Secondary education, Bandeirante Project.

INTRODUÇÃO

O Ginásio Bandeirante foi uma política pública que demandou muitas articulações administrativas, pois para implantá-lo na cidade de Timon (MA), muitos acordos políticos precisaram ser firmados, seja por meio das aprovações de projetos de lei como por meio de ações e de processos burocráticos, dessa forma, explicitando os reais interesses dos atores responsáveis por sua implementação.

Em relação aos objetivos deste trabalho, a pesquisa em questão tem como objetivo geral analisar os trâmites de implantação do ensino secundário em Timon, a partir dos atos administrativos realizados no período em estudo, com foco nas articulações políticas e institucionais que caracterizaram as relações de poder e de controle dos atores locais.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear as fontes documentais e orais necessárias à pesquisa, como leis, resoluções, decretos, ofícios e outros documentos de circulação da burocracia legislativa e executiva municipal e estadual; catalogar as fontes documentais e orais selecionadas para definir aquelas que atenderiam ao objeto da pesquisa; e caracterizar os trâmites administrativos e suas motivações a partir da análise documental, evidenciando as relações de poder na implantação do ensino secundário em Timon.

Fruto do programa de iniciação científica da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ciclo 2022-2023, este estudo teve como projeto “Burocracias, atores e representações: percursos da implantação do ensino secundário em Timon – MA”, desenvolvido a partir de dois planos de trabalho: “Narrativas e representações sobre a implantação do ginásio bandeirante em Timon” e “Articulações administrativas para a implantação do ginásio bandeirante em Timon – MA”. Neste artigo, abordamos os resultados alcançados neste último plano.

O trabalho em questão apoiou-se teoricamente e metodologicamente em pesquisas e teorias voltadas, especificamente, às questões burocráticas e seus aspectos constitutivos (Faria; Meneghetti, 2011) da história do ensino primário e secundário no Maranhão e em Timon (Costa; Silva, 2020), bem como na abordagem qualitativa (Minayo, 2009), na análise de conteúdo (Severino, 2013) e em outros.

Quanto à organização, este trabalho é composto por quatro seções, além da introdução. A primeira seção discorre sobre o procedimento metodológico, apresentando o passo a passo da pesquisa. Em seguida, na segunda seção é feita uma descrição acerca dos trâmites burocráticos da implantação do Ginásio Bandeirante em Timon. Já na terceira seção é feita uma descrição dos resultados obtidos por meio da análise dos dados empíricos consultados. Por fim, a quarta e última seção que apresenta as considerações finais.

METODOLOGIA

No tocante à metodologia empregada para o desenvolvimento deste trabalho, quanto à abordagem/natureza, foi utilizada a pesquisa qualitativa, que Minayo (2009, p. 21) caracteriza como “[...] um nível de realidade que não pode ou deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A utilização desta abordagem foi fundamental, pois ela contribuiu significativamente, dando mais credibilidade e confiança aos dados e as informações coletados. A pesquisa qualitativa enaltece a relação do objeto de estudo com o pesquisador, ela trabalha com os conceitos, os significados, as situações e as informações expostas no objeto de estudo.

Em relação ao tipo de pesquisa, este estudo valeu-se da pesquisa documental, da qual se relaciona com os dados primários encontrados, exemplificados nas atas de votação, nas leis aprovadas e nas portarias expedidas. Em uma perspectiva complementar, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, referindo-se aos livros e aos artigos analisados para embasar teoricamente e metodologicamente este trabalho.

Para a construção do marco teórico, foi realizado um levantamento inicial de toda a literatura pertinente ao objeto de estudo, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, para, em seguida, selecionar os autores com suas respectivas obras que dão maior embasamento à realização do estudo.

Quanto a obtenção dos dados empíricos, foi realizado um mapeamento das fontes documentais, identificando sua localização e produzindo sua catalogação. Essa catalogação organizou informações extraídas das fontes tais como: a titulação do documento, bem como seu teor, datas de promulgação, de consulta e onde estão localizados. Esse registro foi extremamente necessário para que houvesse um planejamento mais eficiente e preciso no que diz respeito ao andamento da pesquisa.

Para a análise dos dados empíricos extraídos das fontes documentais, recorreu-se à análise de conteúdo. Conforme indicado por Severino (2013, p. 105-106), a presente metodologia de análise visa "compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações". Para o desenvolvimento integral deste estudo, foi imperativo utilizarmos a análise de conteúdo, dada a natureza subjetiva das informações. Este tipo de análise demonstrou-se o mais adequado e viável para a realização deste estudo.

GINÁSIO BANDEIRANTE DE TIMON: Trâmites burocráticos de sua implantação

A sociedade maranhense no final da década de 60, presencia a criação de um projeto educacional, que surge com o propósito de minimizar as carências da instrução secundária, pois era gritante o déficit na instrução secundária no estado do Maranhão, o projeto era denominado “Ginásio Bandeirante”.

Criado em 1968, no governo de José Sarney (governador da época), durante um período de transição, do “Maranhão velho” para o “Maranhão novo”, o Projeto Bandeirante era um projeto ambicioso com propostas e objetivos inovadores que deveria proporcionar “[...] formação de mão de obra especializada para o desenvolvimento, o que só poderá ocorrer, no sistema educacional, a partir do nível médio”, (Maranhão 1968, p.1 apud Nascimento, 2021, p. 116).

Assim como em todo o estado do Maranhão, o Projeto Bandeirante impactou na educação do município de Timon, promovendo melhorias que eram necessárias e urgentes, tais como a construção de novas escolas, proporcionando mais acessibilidade e qualidade de vida para as pessoas. Para implantar essa política pública, foi necessário seguir uma gama de trâmites burocráticos, tais como: acordos políticos, criações e aprovações de leis, com atores e implicações envolvidas por trás de cada ação executada.

A burocracia está impregnada de tal forma nas sociedades, que esses trâmites burocráticos possuem caráter de obrigatoriedade, pois promovem uma organização mais ampla e eficiente, considerando que os agentes executores são bastante beneficiados, uma vez que estes são “agraciados” com mais poder e visibilidade em diversos contextos, principalmente no meio político, quando implementam uma determinada política pública.

Na obra “Burocracia como organização, poder e controle”, Faria e Meneghetti (2011) fazem um estudo analítico aprofundado acerca do pensamento de Maurício Tragtenberg e de Fernando Cláudio Preste Motta, contido em suas principais obras. Embora existam alguns

aspectos divergentes nas trajetórias intelectuais dos dois estudiosos, ambos concebem a burocracia como organização, poder e controle:

Burocracia como organização, porque está baseada em uma racionalidade formalizadora de natureza instrumental, estruturada na forma como o trabalho se organiza. Burocracia como poder, porque sua condição de estabelecer relações de dominação, seja formatando as relações sociais ou instituindo a informalidade em favor de elites que detêm o aparelho burocrático. Burocracia como controle, porque suas formas estão presentes nas organizações produtivas e no Estado (Faria; Meneghetti, 2011, p. 437).

Logo, nota-se o motivo pelo qual a burocracia implementou-se rapidamente em todas as sociedades. Como bem foi exposto, ela apresenta três características constitutivas distintas, nas quais foram incorporadas pelo Estado e são utilizadas por aqueles que detêm os meios de dominação.

Com base na análise documental das fontes, é notável que muitos acordos e alianças políticas foram feitas, uma vez que todos os projetos de leis foram submetidos no mínimo a três votações no plenário da casa do legislativo municipal, sendo estes projetos de leis, em sua maioria, aprovados por unanimidade pelos vereadores. Entretanto, não sejamos ingênuos de somente acreditar que o único propósito das aprovações dessas leis era beneficiar o povo, muitos eram os interesses presentes em cada ação.

Essas políticas públicas educacionais, desde as suas concepções até as suas aprovações, possuem dois sentidos, o primeiro fica claro e evidente, que são as melhorias necessárias que virão com a aprovação da política pública, já o segundo fica mais escondido, ou seja, muitas vezes é oculto aos olhos da população, que são as estratégias políticas dos membros do legislativo e do executivo, as quais são arquitetadas e acordadas para angariar votos e visibilidade, para que, dessa forma, os agentes responsáveis sejam reeleitos várias vezes e continuem no poder.

É justamente devido a esses motivos, que inicialmente a construção de novas escolas ocorriam com mais frequência na zona rural do que na zona urbana, pois conforme os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), descritos ao longo do estudo realizado por Costa; Silva e colaboradores (2020), em meados das décadas de 1950 a 1980, a maior parte da população timonense encontrava-se na zona rural.

Em relação à estrutura dessas escolas, a maioria eram casas de sapê, ou seja, construídas pelos próprios moradores ou pelas pessoas influentes da localidade. Neste caso, a prefeitura entrava somente com os materiais como: Mesas, carteiras e com os salários dos professores,

pois demandava “[...] um número menor de recursos humanos e financeiros”, (Costa; Silva, 2020, p. 40).

A estrutura das escolas situadas na zona urbana eram o oposto das escolas da zona rural, pois estas eram administradas e de responsabilidade do estado do Maranhão, visto que a prefeitura municipal na época não possuía recursos suficientes para construir as escolas de acordo com os modelos padrões exigidos no período estudado. Segundo Costa; Silva (2020, p. 27) a cidade de Timon nas décadas de 1950 a 1970 “contava com alguns grupos escolares do governo do Maranhão (Urbano Santos, Padre Delfino, Gov. José Sarney, Sen. Clodomir Millet, Duque de Caxias e Enoque Moura [...])”, notadamente vê-se uma carência, pois há uma insuficiência no número de escolas na cidade de Timon.

Outro fator que também prejudicou na instrução secundária na cidade de Timon foi o quadro docente, pois no período em estudo, a rede municipal não possuía muitos profissionais, e para piorar, muitos desses professores não eram qualificados e capacitados, possuindo apenas o ensino primário completo.

É notável as deficiências que a educação timonense possuía. De certa forma, essas carências serviram como um diagnóstico geral, que, com o passar dos anos foram sendo resolvidas com novas políticas públicas educacionais incorporadas ao sistema educacional de Timon, corrigindo ainda que de forma incipiente, os eventuais erros do passado e aperfeiçoando a qualidade da educação e da oferta do ensino.

Portanto, foi a partir da implantação do ensino secundário, em especial com a criação do Ginásio Bandeirante, que a cidade de Timon presenciou a criação de novas políticas públicas na área da educação, bem como na melhoria das existentes, solucionando problemas que eram graves e que demandavam ser resolvidos o mais breve possível. Dessa forma, a educação de Timon começou a ganhar novas perspectivas, melhorando com o passar dos anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos que foram consultados e analisados encontram-se nos arquivos da Câmara Municipal e no Arquivo Público da Prefeitura, ambos situados na cidade de Timon – MA. E para acessar as fontes citadas foi necessário entrar com um pedido formal de autorização para ambas as instituições guardiãs dos documentos, pois estas exigiram esses trâmites burocráticos.

Ao todo foram analisados 61 documentos, nos quais 27 eram projetos de leis, 16 leis municipais, 08 portarias, 08 Atas de votação e 02 listas de nomes de alunos da zona rural.

Inicialmente a consulta deu-se no Arquivo da Câmara Municipal, sendo encontrados a maioria dos documentos cerca de 37, correspondendo aproximadamente a 61% do total. Na casa do legislativo municipal não foram encontradas portarias.

As portarias verificadas foram encontradas no Arquivo Público, ao todo 08 portarias, também foram encontradas 02 leis, 12 projetos de leis e as 02 listas de nomes de alunos da zona rural. Já a quantidade de fontes analisadas na instituição responsável por zelar pelos documentos da prefeitura, foi de exatamente 24 documentos, correspondendo aproximadamente a 39% do total.

Acerca das especificidades dos documentos consultados, a tabela 1 detalha algumas informações extraídas dos mencionados documentos a partir das análises realizadas.

Tabela 1 – Informações extraídas dos documentos analisados.

Teor Dos Documentos	Quantidades E Porcentagens Dos Documentos	Tipos De Documentos Consultados
Construção de escolas	24 (=39%)	Projetos de lei, ATAS de votação e leis municipais
Contratação de professores	10 (=17%)	Projetos de lei, leis municipais e portarias
Recursos destinados à educação e cultura	12 (=20%)	Projetos de lei, ATAS de votação e leis municipais
Nomeação de escolas	06 (=10%)	Projetos de lei e leis municipais
Empréstimos de grupos escolares	07 (=11%)	Projetos de lei, ATAS de votação e leis municipais
Listas de nomes de alunos da zona rural	02 (=3%)	Lista de nomes

Fonte: Os autores. Dados: Acervos da Câmara Municipal de Timon e Arquivo Público da Prefeitura de Timon.

Conforme descrito na tabela 1, 24 documentos tratavam da construção de escolas, dos quais 05 tratavam da construção de escolas primárias/municipais, enquanto 07 descreviam sobre a construção de escolas secundárias/estaduais. Devido as outras 12 fontes não especificarem para qual nível de ensino a escola foi construída, não foi possível quantificar os dados. 10 tratavam da contratação de professores e funcionários da educação, 12 tratavam a respeito dos orçamentos destinados à educação e cultura, bem como à abertura de créditos

adicionais, 06 tratavam sobre a nomeação de escolas, 07 tratavam sobre os empréstimos de grupos escolares, tanto do estadual para o municipal, quanto do municipal para o estadual e por fim, 02 tratavam a respeito de uma listagem de alunos pertencentes a escolas municipais localizadas na zona rural.

Dentre os 61 documentos pesquisados, somente 09, especificamente, discorriam sobre o Ginásio Bandeirante, sendo 04 projetos de leis (nº 360, 363, 364 e 391) 01 ATA de votação correspondendo ao registro da discussão e aprovação da lei nº 391, de 07 de maio de 1969 (ATA da trigésima sexta (36ª) sessão ordinária) e 04 leis municipais (nº 360, 363, 364 e 391). Acerca das informações contidas nas mencionadas leis, a tabela 2 descreve o teor de cada lei.

Tabela 2 – Leis municipais que tratam do Ginásio Bandeirante de Timon.

Leis municipais que representam a burocracia do município para a implantação do Ginásio Bandeirante	
Lei nº 360 de 18 de março de 1968;	Funcionamento provisório do Ginásio Bandeirante em um prédio pertencente ao grupo escolar municipal até que seja construído seu prédio próprio;
Lei nº 363 de 02 de maio de 1968;	Criação de dois cargos, que são: vigia e vigilante para atuarem no Ginásio Bandeirante de Timon;
Lei nº 364 de 02 de maio de 1968;	Crédito especial no valor de 10.000,00 Cruzeiros destinados às despesas do Ginásio Bandeirante;
Lei nº 391 de 07 de maio de 1969;	Construção de um pátio esportivo nas dependências pertencentes ao prédio do Ginásio Bandeirante de Timon;

Fonte: Os autores. Dados: Acervo da Câmara Municipal de Timon

Com base no exposto na tabela 2, é perceptível o interesse e a preocupação por parte do poder público em aperfeiçoar a qualidade da educação e da oferta do ensino, seja em âmbito estadual (criação de projetos educacionais, repasse de recursos), seja no municipal (criação e aprovação de leis para regularizar as implementações desses projetos educacionais).

A partir das fontes consultadas (primárias e secundárias) constatou-se que, inicialmente a educação da cidade de Timon encontrava-se em precárias condições, pois eram evidentes as carências na educação do município, tanto no ensino primário quanto na instrução secundária,

principalmente neste último, em razão de que, as escolas de ensino secundário na cidade eram pouquíssimas.

Com base nas leituras realizadas, é perceptível a dependência da prefeitura municipal de Timon em relação ao estado no que diz respeito à educação, pois a mesma não detinha recursos suficientes para investir adequadamente na educação, especialmente na construção de novas escolas.

Os documentos consultados contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste trabalho, porque enriqueceram consideravelmente o mesmo, mostrando como ocorreram os trâmites burocráticos e legais, os acontecimentos, os acordos e a realidade da época em estudo, dessa forma, dando mais credibilidade e confiabilidade à pesquisa em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições que o Ginásio Bandeirante trouxe para a educação maranhense - em especial para a timonense - foram acentuadas. Se a educação da cidade de Timon encontra-se atualmente como uma das melhores do estado do Maranhão, diretamente ou indiretamente foi graças à implantação do ensino secundário durante o final da década de 1960.

Contudo, como toda proposta educacional, o Ginásio Bandeirante possuía falhas, porém, por meio deste projeto, foi ampliada a acessibilidade de muitas pessoas ao contexto educacional, propiciando mais qualidade de vida, diminuindo de certa forma as desigualdades sociais existentes, e dignificando, mesmo que minimamente, a vida das pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Odaléia Alves da. SILVA, Tiago Rodrigues da (orgs.). **História do ensino primário e secundário de Timon (1950-1980):** instituições e práticas educativas. Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2020. 278 p.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como organização, poder e controle. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, vol. 51, n.5, p. 424-439, set/out. 2011.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 108 p.

NASCIMENTO, Elizânia Sousa do. A porta da Amazônia é aqui! Desenvolvimento e educação no governo de José Sarney no Maranhão (1966-1970). **Revista Escrita do Tempo**, v. 3, n. 7, p. 102-123, jan./abr. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351560057_A_porta_da_Amazonia_e_aqui_Desenv

[olvimento e educacao no governo de Jose Sarney no Maranhao 1966 - 1970.](#) Acesso em: 15/02/2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TIMON. **Lei n. 360, de 18 de março de 1968**. Autoriza o poder executivo a ordenar que o Ginásio Bandeirante de Timon funcione no prédio do grupo escolar municipal e dá outras providências. Datilografado, 1968.

TIMON. **Lei n. 363, de 02 de maio de 1968**. Cria cargos e dá outras providências. Datilografado, 1968.

TIMON. **Lei n. 364, de 02 de maio de 1968**. Abre crédito especial no valor de NCR \$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos). Datilografado, 1968.

TIMON. **Lei n. 391, de 07 de maio de 1969**. Autoriza ao prefeito municipal a construir um pátio esportivo nas dependências do prédio do Ginásio Bandeirante de Timon. Datilografado, 1969.